

PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: DESAFIOS E EXPECTATIVAS

Eliane Inês Wolf¹

Danusa de Lara Bonotto²

Palabras clave: Desafios; Expectativas; Formação do Programa da Escola em Tempo Integral; Região Fronteira Noroeste.

INTRODUCCIÓN

Em 31 de julho de 2023, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Escola em Tempo Integral - ETI pela Lei nº 14.640/2023, de. De acordo com o primeiro texto de referência da Formação Continuada de Secretários (as) de Educação e Equipes Técnicas de Secretarias no âmbito do programa Escola em tempo integral (Brasil, 2024), o ETI tem a finalidade de “fomentar a criação de matrículas em tempo integral, na perspectiva da Educação Integral, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com qualidade e equidade no acesso, na permanência e na trajetória escolar [...] (Brasil, 2024, p. 13)”. Além disso, a implementação do ETI também objetivava a viabilização da meta 6 do PNE 2014-2024, que propunha “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica” (Brasil, 2014, p.28).

Para tal, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) coordenou em 2024 um programa de Formação Continuada para gestores e equipes técnicas de secretarias municipais e estaduais de educação na região Sul do país, com o objetivo de organização das Políticas de Educação Integral em tempo integral nos municípios e Estados. Nesse curso, foram estudados, no formato síncrono e assíncrono, 5 textos de

¹Universidade Federal da Fronteira Sul, email: eliane.wolf17@gmail.com.

² Universidade Federal da Fronteira Sul, email: danusalb@uffs.edu.br.

referência denominados de módulos. O Módulo 1 apresenta o ETI e suas bases normativas, destacando os principais marcos históricos do programa, seus objetivos, seus eixos estruturantes e sua organização. Ao final desse módulo havia uma atividade, cuja proposta solicitava o levantamento de dados e informações das Secretarias para a identificação das suas forças e limitações para o aprimoramento da Política, analisando a trajetória da(s) sua(s) rede(s) de ensino e os desafios a serem enfrentados (Brasil, 2024).

Ao realizarmos o levantamento de dados da pesquisa realizada pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC sobre o número de Escolas de Tempo Integral no Rio Grande do Sul, constatamos que na região Fronteira Noroeste, dos 20 municípios que integram a Associação dos municípios da Fronteira Noroeste (AMUFRON), apenas Santa Rosa possuía a adesão ao programa até o início de 2024, o que revelava que 95% dos municípios dessa região ainda não haviam formalizado a Política do Programa. Nesse panorama, emergiu a necessidade de investigar o processo de implantação do Programa Escola em Tempo

Integral no contexto situado, a partir do Programa de Formação Continuada para profissionais da educação básica na perspectiva da Educação Integral em tempo integral - 2024. Para tanto, nessa pesquisa objetivamos compreender os desafios e expectativas que se revelam no processo de formação do Programa da Escola em Tempo Integral. Posto isso, apresentamos a seguir a metodologia da pesquisa, as discussões e os resultados dessa investigação.

DESARROLLO

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, a classificamos como sendo de natureza qualitativa na perspectiva de Bogdan e Biklen (1994). Os sujeitos da pesquisa são 35 participantes da formação continuada do ETI vinculados a AMUFRON. Os dados foram constituídos a partir da entrega do trabalho final referente ao módulo 1. A análise dos dados seguiu o embasamento teórico e metodológico da Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2011). Conforme proposto pela autora, a AC é sistemática e minuciosa e deve permitir a identificação de temas, padrões e significados implícitos no texto, seguindo três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação e; 3) tratamento, inferências e interpretação dos resultados.

Iniciamos a etapa da pré-análise com a leitura dos textos produzidos pelos cursistas e organização das respostas entregues, agrupando-as por município participante. Em seguida, realizamos no material entregue a identificação dos municípios por códigos (M1, M2,...). Após, conduzimos a exploração do material e a categorização, segunda etapa da AC, considerando duas categorias estabelecidas *a priori*: 1) desafios da implementação do ETI e 2) Expectativas referentes ao ETI, cujos resultados são apresentados na próxima seção.

RESULTADOS, AVANCES Y REFLEXIONES

Apresentamos o resultado da exploração e categorização do material no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Síntese do processo analítico: desafios e expectativas

Categoria <i>a priori</i>	Subcategorias emergentes	Tipo	Frequência e código das pesquisas
Desafios a implementação do ETI	Recursos	Recursos humanos	9: 13 (M1, M3, M4, M5, M7, M8, M9, M10, M11)
		Recursos financeiros	2: 13 (M4, M11)
		Recursos pedagógicos	2: 13 (M9, M12)
	Organização	Manutenção e ampliação do espaço físico	10: 13 (M1, M3, M4, M5, M7, M8, M9, M11, M12, M13)
		Organização curricular	3: 13 (M5, M11, M12)
		Organização e viabilização do transporte escolar e da merenda	1: 13 (M9)
	Colaboração e formação continuada de professores	Compromisso dos profissionais com a educação	1: 13 (M10)
		Formação para profissionais da educação	4: 13 (M2, M5, M11, M12)
	Atendimento e ampliação	Resistência de aceitação dos pais	3: 13 (M1, M6, M13)
		Ampliação do espaço físico, do número de escolas e de matrículas	4: 13 (M1, M10, M11, M13) 3: 13

Expectativas referentes ao ETI	Compromisso com a qualidade na oferta do tempo integral	Atendimento das necessidades dos pais	(M1, M3, M6)
		Consolidação e implementação da Política do ETI	2: 13 (M5, M12)
		Metodologias adequadas e práticas intencionais	2: 13 (M3, M8)
		Desenvolvimento integral dos alunos Permanência do estudante na escola	5: 13 (M4, M5, M6, M8, M9) 2: 13 (M7, M8)
		Atualização e formação dos profissionais da educação	2: 13 (M2, M13)
		Participação dos pais e da comunidade	2: 13 (M7, M8)

Fonte: as autoras (2025).

A partir da análise desse quadro, na terceira fase da AC, tratamento, inferências e interpretação dos resultados, constatamos que as redes de ensino e os profissionais da educação evidenciam percalços para o desenvolvimento do ETI com a falta de recursos humanos, financeiros e pedagógicos, a ampliação e manutenção do espaço físico, a organização curricular e a viabilização do transporte escolar. Além disso, constatamos desafios na colaboração e formação continuada de professores no que tange a necessidade do compromisso dos profissionais com a educação, de formação para profissionais da educação e da sua compreensão sobre a proposta do Programa, bem como a resistência de aceitação da Política pelos pais. No que se refere às expectativas dos cursistas, constatamos que elas se relacionavam ao interesse ao atendimento e ampliação do Programa e à perspectiva do comprometimento com a qualidade na oferta da educação para todos.

CONSIDERACIONES FINALES Y PROYECCIONES

Através dessa investigação reconhecemos que o panorama da implementação do ETI na região revela que 100% dos municípios aderiram à Política da Educação Integral em tempo integral e que destes, 61,5% cumprem a meta 06 do PNE - 2014/2024. Nesse contexto, evidenciamos que, embora o percentual da média regional supere a meta de

atender em turno integral no mínimo, 50% das escolas públicas e 25% dos alunos da educação básica (Brasil, 2014), 38,5% dos municípios não conseguiram cumprir o objetivo em suas redes até o final de 2024. Além disso, constatamos que, entre os desafios apontados, a carência de infraestrutura, de profissionais da educação e de formação continuada para a equipe pedagógica são destacados como os principais fatores que comprometem a ampliação e a qualidade do atendimento do ETI nas redes de ensino. Nesse estudo evidenciamos também que os profissionais esperam que com o programa haja avanços no atendimento e na ampliação do Programa e que os profissionais se comprometam com a qualidade na oferta da educação.

Financiación: Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC).

REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Lisboa: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de junho de 2014. Seção 1, p. 1-48. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Texto de Referência para a Formação Continuada de Secretários(as) de Educação e Equipes Técnicas de Secretarias no Âmbito do Programa Escola em Tempo Integral: Módulo 1**. Brasília, DF: Editora do Ministério da Educação, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC)**. Disponível em: <https://simec.mec.gov.br/login.php> Acesso em: 23 fev. 2024.